O povo vai mudar o País quando tiver consciência. Vai poder exigir seriedade dos homens públicos. O que puder ser feito, será prometido; o que não puder ser feito, pode-se fazer uma tentativa para conseguir fazê-lo. Mentira, não. Não se constrói a vida de um povo em cima de promessas e de mentiras.

Discurso pronunciado na 55ª Sessão Ordinária do dia 28/04/2004

O SR. RAFAEL SILVA - PL - ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados: Constantemente ouvimos pelos meios de comunicação e mesmo desta tribuna, colocações sobre segurança.

A maior preocupação do povo brasileiro, depois do desemprego, é a segurança. Nossos governantes, por hipocrisia, tenho certeza, continuam batendo na mesma tecla, ou seja, fingem desconhecer que o problema da segurança está ligado diretamente à questão social. Hortolândia tem agora milhares de presos. Vamos falar de forma dura e clara: presos, bandidos. Se formos investigar a origem dessas pessoas veremos que são de famílias desestruturadas, que são pessoas que vieram de lares problemáticos, pais desempregados, desquitados, mães solteiras e outras questões mais ligadas à falta de cultura, à falta de preparo e à falta também de perspectiva.

O ser humano, quando não tem um motivo para a sua vida, um sentido para a sua vida, acaba se perdendo na metade do caminho. Existem trabalhos profundos de pesquisadores, europeus principalmente, com relação ao comportamento do indivíduo, quando não tem o preparo intelectual adequado. Já falei desta tribuna sobre os campos de concentração nazistas. Nesses campos, havia pessoas de todos os níveis, tanto intelectuais como econômicos, que viviam no mesmo inferno. Aqueles que tinham objetivo posterior suportavam de forma diferente; os que não tinham se entregavam e morriam quase que de imediato.

Depois, ao sair desses campos, as pessoas não encontravam seus familiares que haviam sido sacrificados ou assassinados em câmaras de gás ou por outras modalidades. Os que tinham um nível intelectual mais desenvolvido suportavam de forma diferente; os que não tinham se perdiam, revoltavam-se e agiam como verdadeiros animais irracionais. Até mesmo nessas situações graves, o indivíduo demonstra o preparo, ou não, para aceitar um crime que contra ele tenha sido cometido.

Estou citando essas situações extremas, para que possamos entender a realidade brasileira. Neste País, privilegiou-se o latifúndio. Os ricos têm todas as defesas do mundo. Tudo podem. Recentemente, tivemos a legalização de terras no Pontal do Paranapanema. Lá temos latifundiários com milhares de hectares de terra, que anexaram às suas propriedades outras centenas de hectares. E tiveram tudo legalizado, todo o apoio público, todo o apoio da estrutura política.

No entanto, quando se trata da luta por um pequeno espaço de terra para sobreviver, o pobre enfrenta dificuldade. Se eles invadem, de acordo com o termo colocado por seus opositores, ou ocupam, conforme eles mesmos definem, vão encontrar a má vontade do poder público. Sabemos que gerar emprego no campo custa muito menos do que na cidade. Sabemos também que os grandes bolsões de pobreza cresceram em torno dos grandes centros, porque não houve o apoio necessário para aqueles que moravam no campo.

Dessa forma, Sr. Presidente, os problemas sociais se agigantaram. Visitem uma penitenciária e encontrarão pessoas analfabetas ou semianalfabetas. Existem os psicopatas, aqueles que padecem de neuroses múltiplas, existem as pessoas que têm um comportamento inadequado por um problema psíquico, mas a grande maioria tem origem no social; a grande maioria tem origem na falta de atenção dos nossos governantes.

Quero fazer uma observação. Hoje, fui procurado por uma pessoa que me falou sobre a CDHU, relembrando algumas coisas do passado da CDHU. Essa pessoa me disse que houve um contato da CDHU com a Cosesp - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo -, em que o intermediário ganhou cerca de oito milhões de reais em seguro vendido pelo Governo a uma empresa também do Governo. Ou seja, uma empresa do Governo pagou para outra, e o intermediário ganhou muitos milhões de reais. Seria bom investigarmos se foi verdade ou mentira.

Outra afirmação que me fizeram é que, em alguns casos, terrenos eram comprados por terceiros - é bom que a Bancada do PT também ouça - e depois revendidos à CDHU, por valores completamente acima dos anteriormente pagos. Convém esta Casa começar a desempenhar o seu papel. As denúncias existem, por que não são investigadas? É interesse de quem a não-investigação? Não temos nenhuma CPI funcionando nesse sentido. É hora de pensarmos no assunto.

Discurso pronunciado na 55ª Sessão Ordinária do dia 28/04/2004

O SR. RAFAEL SILVA - PL - Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando se fala em educação, temos de refletir. Educação vem da junção de dois termos que significam tirar de dentro para fora, conduzir de dentro para fora. Aproveitar aquela condição interior, aquela luz interior que todos nós possuímos. Educação deveria ser o ponto primordial mais importante para a administração pública. Não existem condições de uma nação deixar de ser atrasada e passar para o patamar de nação desenvolvida se não investir decisivamente na educação.

O Brasil sofre problemas terríveis. Por quê? Havia no passado, porém num período curto, a valorização dos profissionais desse setor. Houve, num determinado momento, a valorização da escola pública. Mas, infelizmente, por poucas décadas, um período muito pequeno. Começamos a ter o desenvolvimento em vários setores desta Nação, mas depois, com a chegada da ditadura, tudo se modificou. Os estudantes, que se organizavam, que mostravam sua força, enfraqueceram-se.

Existe um trabalho do Nelson Werneck Sodré sobre a cultura brasileira. É um livro que foi escrito por volta de 1969, 1970. Quem teve a oportunidade de conhecer essa obra naquele momento, entendeu que ela falava a verdade. O estudante questionava, participava, exigia, era um elemento ativo dentro da sociedade brasileira, principalmente promovendo a cidadania. Quem lê esse livro hoje,- que sofreu um hiato entre a sua publicação e o atual de 34, 35 anos-, não vai identificar aquela realidade como a realidade brasileira. Os jovens, principalmente os que freqüentavam universidades, apresentavam-se como atores da vida social. Isso era colocado de forma clara por Nelson Werneck Sodré. Hoje, não são atores sociais. Esses jovens ficaram à margem das decisões, não participam. Tivemos oportunidade, ao ler aquele livro, de perceber que o Brasil não tinha uma cultura própria, formada ao longo de um, dois ou mais séculos como outras nações.

Se compararmos o Brasil com os Estados Unidos - por que os Estados Unidos? Porque os Estados Unidos foram descobertos na mesma época em que o Brasil foi descoberto -. A colonização aconteceu mais ou menos no mesmo período. Só que os americanos se preocuparam com uma cultura própria, enquanto o Brasil importava tudo. Houve um momento em nossa nação que era proibido produzir aqui algum material de literatura, alguma revista, algum livro. Uma elite privilegiada lia produtos da cultura francesa ou inglesa, enquanto a grande maioria da população mergulhava na ignorância. Não tivemos, portanto, a oportunidade de criar uma estrutura cultural própria. Muitas pessoas poderão entender que isso não criaria dificuldades para o nosso desenvolvimento. Não apenas criaria, como criou. No período em que os estudantes se manifestavam, iam para as ruas e exigiam. Tínhamos a impressão de que o Brasil poderia atingir o nível de nação desenvolvida, mas tudo isso foi sufocado.

Pergunto-me e pergunto aos senhores: será que a Nação brasileira terá condições de promover o verdadeiro desenvolvimento? De garantir realmente um futuro diferente da realidade atual, levando-se em conta o nível da escola pública? Conhecemos muito bem a qualidade do ensino oficial, não por culpa dos profissionais do setor, não por culpa dos funcionários que trabalham na área, pois eles são as vítimas diretas da falta de atenção para com a escola pública.

Por volta de 1969, 1970, estive em Brasília, acompanhado por um Deputado federal, um amigo meu já falecido, para visitar o gabinete do então Senador Carvalho Pinto. Antes de entrar no gabinete perguntei ao amigo Deputado qual o tratamento que deveria dedicar ao Governador Carvalho Pinto. Por que Governador Carvalho Pinto? Porque normalmente a pessoa carrega consigo o título maior que teve em sua vida. Perguntei ao Deputado: eu o chamo de Governador ou de Senador? Ele respondeu: Rafael, nem de Governador, nem de Senador. Chame-o de Professor e ele ficará imensamente feliz. E assim procedi. Chamei Carvalho Pinto de professor. Ele, pelo sorriso, demonstrava a sua felicidade.

Se ele ainda estivesse vivo e eu o chamasse de professor, esta realidade seria a mesma hoje? Será que o professor foi valorizado como deveria ser? À medida que não valorizamos o professor, não valorizamos a Educação e não valorizando a Educação, desvalorizamos a qualidade intelectual de nossos jovens, de nossas crianças e, automaticamente, comprometemos o futuro da Nação.

Sr. Presidente, como o tema Educação é um assunto muito importante, solicito regimentalmente uma verificação de presença para que realmente possamos saber que os Srs. Deputados participam desta discussão.

Discurso pronunciado na 55ª Sessão Ordinária do dia 28/04/2004

O SR. RAFAEL SILVA - PL - Como dizia, para se chegar ao verdadeiro desenvolvimento, precisamos valorizar a educação. Não valorizando a educação, não teremos o povo consciente. Quem afirma essa verdade - se é que podemos ter uma afirmação humana como verdade absoluta ou duradoura; talvez duradoura, mas não absoluta. Quem afirma também que o país que não valoriza a criança que vai para a escola, que não coloca cidadania e ética dentro das instituições de ensino, nunca assumirá a posição de nação desenvolvida, é Edgard Morin, sociólogo francês.

Como complemento, preso a essa estrutura, deveriam estar os órgãos de comunicação de massa. Mas, eu me questiono: será que os nossos órgãos de comunicação de massa querem um povo desenvolvido? Ou será que querem um povo despreparado para assistir a Big Brother, novelas e programas de baixa qualidade?

Ainda hoje, ouvia um comunicador afirmando que empresas sérias não gostam de fazer propaganda em programas de baixa qualidade. Por que? Uma boa parcela da população acaba não acreditando no produto quando é divulgado em programas de qualidade inferior - para não colocar outros adjetivos. Fico contente, por um momento, e triste por outro. Por que uma boa parcela da população? O que representa essa boa parcela da população? Metade, trinta por cento, vinte por cento? Não seria muito melhor se, em vez de se falar em uma boa parcela da população, colocássemos que o povo brasileiro não aceita esse tipo de programa? Seria muito melhor, não apenas para penalizarmos aqueles que apostam na ignorância, mas sim porque estaríamos entendendo que o povo realmente exigia, que o povo cobrava, ou que o povo estaria em condições de cobrar e de exigir.

Como é que vamos ter essa realidade? Desenvolvendo os indivíduos. Descartes falou que uma nação livre e soberana e que um povo desenvolvido são feitos através do desenvolvimento do indivíduo. Não havendo desenvolvimento do indivíduo, não teremos o desenvolvimento da nação. O próprio Descartes falou que deveríamos ter a nossa vida analisada de forma semelhante a um cesto cheio de maçãs. Olhem que interessante! Descartes falou que deveríamos comparar o nosso intelecto, o nosso comportamento, a um cesto cheio de maçãs. De vez em quando, o indivíduo pega o cesto, coloca todas as maçãs sobre a mesa e escolhe: esta maçã não presta, está podre - ou meio podre - joga fora tudo aquilo que não serve, limpa as outras e as guarda no cesto.

As nossas idéias deveriam receber o mesmo tratamento. Vamos analisar os nossos conceitos, os nossos valores? O que é correto continuar, continua; o que não deve continuar, é eliminado. Não podemos ter uma idéia fixa para sempre. A busca da verdade, segundo Descartes, deve ser perseguida, valorizada e estimulada. Quando tivermos uma dúvida a respeito de um assunto, temos que tentar descobrir, senão a verdade, algo que chegue perto da verdade.

Alguém poderá falar: "Sou cético. Acredito que não existe verdade. Não acredito em nada". Não. O termo cético, que vem do grego, tem outro significado, significa pesquisar, buscar. Pensamos que cético é aquele que não acredita. Não deve ser dessa forma. O ceticismo, enquanto linha filosófica, indica a busca da verdade. Na medida em que alguém coloca tudo como verdadeiro, está sendo dogmático. Pode ser dogmático positivo? Pode. Aquele que fala que não existe nada de bom, que tudo está perdido, também é dogmático. De acordo com os nossos interesses pelo menos por um momento, em um local qualquer, poderá ser dogmático negativo. E quase sempre será negativo. Quase sempre a afirmação de que não existe verdade é uma afirmação negativa - dogmática negativa.

Nós precisamos, enquanto políticos, usar aquele cesto de maçãs como exemplo, jogar fora o que não presta, e valorizar o que presta, além de tentar juntar outras informações para o nosso cesto mental: para o nosso consciente, pré-consciente ou inconsciente. Quando falamos consciente, pré-consciente ou inconsciente, também damos margem a discussões. Deixamos aberto um campo gigantesco de discussões. Alguns afirmam que o inconsciente não pode ser atingido com informações que passam pelo consciente, ou poucas coisas vão para o inconsciente. Não podemos separar em campos definidos, como muitos pensam que podem separar. Não temos esse controle. Não temos a capacidade de promover essa definição, pelo menos por enquanto. Mas, temos a capacidade de entender que, na medida em que temos mais e mais informações, passamos a jogar para o nosso intelecto a matéria-prima que ele poderá usar no nosso discernimento diário, na nossa conduta ética e moral. Nós podemos usar. Podemos determinar para a nossa vida uma escala de valores. E a educação é o principal meio para atingirmos essa maturidade mental, psicológica e intelectual.

Quando falo de alguns pensadores antigos, eu o faço para que possamos traçar um parâmetro na nossa capacidade de reflexão com a capacidade de reflexão daquelas pessoas que eram tributárias da falta de um conhecimento mais profundo, mas que refletiam. Hoje podemos refletir com muito mais capacidade.

Houve um momento em que a educação estava diretamente ligada ao teatro. Dois mil e quinhentos anos atrás ou mais, havia somente as tragédias, que serviam para levar a cultura ao povo. Aliás, Aristóteles afirmava: "A arte imita o real".Depois tivemos algumas adaptações: "A arte imita a realidade", "A arte imita a vida". E segundo ele, uma pessoa indo ao teatro, ia assistir à tragédia grega. Um exagero. Por que exagero? Porque a pessoa, naquelas horas, teria a oportunidade de aprender com erros criados, com fantasias, uma forma de dirigir o seu comportamento, de direcionar as suas forças. Eles não tinham rádio, televisão e revistas, que temos hoje. Por isso que ouvimos ainda, se bem que não se fala tanto quanto se falava no passado, que o teatro é cultura. Isso porque era uma das poucas formas de se transmitir a cultura para um grande número de pessoas. Hoje não. Hoje temos a escola pública. Muitas pessoas pensam que a figura da escola pública existe há séculos e séculos ou há milênios. Nada disso. Ela é recente.

A cultura era um artigo de luxo. Os senhores feudais tinham os seus filhos educados por pessoas que vinham de outros países, principalmente no Brasil. A cultura era restrita, era uma oportunidade para poucos.

Hoje, este mundo globalizado exige qualidade na educação. Há questão de 10 ou 15 anos atrás, cerca de 300 mil estudantes na França foram para as ruas - prestem atenção Srs. Deputados - exigir melhor qualidade para a educação pública. Todos sabemos que a qualidade da educação na França é totalmente diferente da nossa qualidade. Mesmo assim os jovens franceses queriam um melhor nível, porque estavam competindo com alemães, ingleses, holandeses, e perderiam nessa competição. Eu me pergunto e pergunto aos senhores: e a qualidade da educação no Brasil, será que o nosso jovem tem condições de competir com jovens desses países desenvolvidos? Vocês poderão dizer: "Rafael, o Brasil é um país muito novo e não pode competir". E a Austrália, e a Nova Zelândia, são antigos? São mais novos do que o Brasil. Enquanto no Brasil, em cada 100 jovens de 18 a 24 anos temos oito em universidades, nos Estados Unidos e no Canadá temos mais de 80, e o mesmo acontece com os jovens da Austrália. Como podemos competir?

Vocês poderão dizer, de que adianta qualidade na escola se hoje a Grande São Paulo tem 100 mil desempregados portadores de diploma de curso superior. E temos. O desemprego é conseqüência da falta de desenvolvimento. Na medida em que o desemprego atinge a grande maioria da população, passamos a ter uma qualidade de vida inferior àqueles países desenvolvidos. E mesmo aquele que se formou em universidade vai encontrar dificuldades para sobreviver, para ter um emprego e uma ocupação.

Portanto, é hora de os políticos entenderem que precisamos mudar essa realidade. Na academia de Platão tinha uma frase escrita logo na porta de entrada: "Quem não souber geometria, que não passe por esta porta". Hoje digo: quem não conhecer a realidade brasileira que não entre para a política. Quem não conhecer a realidade brasileira que não aceite um cargo de secretário ou de ministro. Quem não conhecer os problemas que vivemos não deveria participar da vida pública, não deveria ocupar cargos importantes. Poderão me afirmar: "Rafael, os políticos eleitos são pinçados do seio da sociedade". Concordo. E eles representam uma amostragem do que possuímos em termos de população. Concordo. Seria bom se não precisasse concordar. Concordo. Já falei uma vez aqui nesta tribuna, eu me lembro de um livro de um sociólogo, não me recordo do nome do sociólogo. Não que não queira dizer o seu nome, mas me lembro do que ele disse. Ele falou que se formos aos países atrasados - e é um sociólogo estrangeiro - vamos encontrar uma sociedade com problema de educação e de desenvolvimento. Vamos encontrar um povo sem capacidade de decidir de forma racional, de forma lógica. Ele tece os comentários e fala realmente sobre a falta de informação, sobre uma educação de péssima qualidade e depois diz "Não podemos tecer críticas a estas populações. Não podemos criticar as pessoas que fazem parte destes grupos sociais porque, se não houve desenvolvimento adequado, é porque não houve a oportunidade".

Por este motivo, aqueles que vivem num país que tem um povo inconsciente, são as primeiras vítimas dessa falta de consciência. Eles são conseqüência, não são a causa disso tudo.

Num segundo momento eles acabam agindo de forma equivocada, mas não é por vontade, não é por opção, não é por uma opção ou outra. Por isso, segundo esse sociólogo, devemos procurar levar a luz, a informação. Devemos tentar mudar o pensamento dessas pessoas para que elas tenham a condição necessária de reflexão, para que elas possam fazer a escolha da forma adequada.

As eleições representam a conseqüência disso tudo. Campanhas eleitorais caras, mentiras jogadas para o povo e o povo aceita. Tivéssemos o povo bem informado a realidade seria outra. Há muito tempo alguém disse: "A informação é a matéria prima da consciência". Sem a informação devida, não teremos uma conscientização adequada.

Por isso quero pedir aos nobres Deputados desta Casa para que, quando o assunto for educação, analisem e reflitam. Será que estamos produzindo, hoje, um país onde nossos filhos e nossos netos poderão viver no futuro? Será que teremos os mesmos problemas sociais de violência, ou teremos mais problema sociais e mais problemas de violência? Será que o Brasil terá condições de competir com nações desenvolvidas? Será que não continuaremos sendo o quintal do Primeiro Mundo? Ou estaremos numa situação pior que a de quintal?

Atos Administrativos

ATOS DA MESA

DE: 24.05.2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, examinando tudo quanto consta do Processo em epígrafe, ao qual foram apensados o Memo SB nº 055/04, da Presidência, e, por cópia, o Protocolado nº 2106/04, de interesse do servidor Reinaldo Manoel de Oliveira, matrícula 11.253, que trata de consulta sobre prazo de desincompatibilização de servidores integrantes do QSAL para concorrer às eleições municipais de 2004, DECIDE ADOTAR, em caráter normativo, o entendimento consubstanciado nos Pareceres nº 120-2 e nº 135-1, ambos de 2004, da Procuradoria desta Casa, conforme segue:

Artigo 1º - O servidor do QSAL, titular de cargo de provimento efetivo, bem como o ocupante de função atividade ou o empregado público contratado sob o regime celetiário, considerados estáveis por força do art. 18 do ADCT da Constituição do Estado de São Paulo, deverão se afastar obrigatoriamente de seus respectivos cargos no prazo máximo de 3 (três) meses imediatamente anteriores ao pleito, ou seja, até o dia 2 de julho de 2004, com direito à remuneração integral por todo o tempo de afastamento, mas sem o direito de se computar esse período para qualquer efeito legal.

Artigo 2º - O servidor do QSAL, ocupante de cargo em comissão ou de função atividade sem a estabilidade do art. 18 do ADCT da Constituição do Estado de São Paulo, deverá exonerar-se obrigatoriamente de seu respectivo cargo no prazo máximo de 3 (três) meses imediatamente anteriores ao pleito, ou seja, até o dia 2 de julho de 2004, não tendo direito à licença remunerada.

Artigo 3º - O servidor do QSAL, ocupante do cargo de Secretário Geral, Diretor, Procurador-Chefe ou Chefe de Gabinete da Mesa e da Mesa substituta, deverá exonerar-se obrigatoriamente de seu respectivo cargo de provimento em comissão e/ou afastar-se de seus respectivos cargos de provimento efetivo no prazo máximo de 6 (seis) meses imediatamente anteriores ao pleito, ou seja, até o dia 6 de abril de 2004.

Artigo 4º - O servidor do QSAL, ocupante do cargo de chefe de gabinete de Liderança, deverá exonerar-se obrigatoriamente de seu respectivo cargo no prazo máximo de 3 (três) meses imediatamente anteriores ao pleito, ou seja, até o dia 2 de julho de 2004.

Artigo 5º - Para fins do afastamento previsto neste Ato, o servidor do QSAL deverá apresentar ao Secretário Geral de Administração, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do protocolo do pedido de afastamento, comprovante do pedido de registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, o qual deverá ser comunicado no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de seu deferimento pelo órgão competente.

Artigo 6º - O servidor do QSAL afastado, nos termos deste Ato, deverá reassumir o exercício de seu cargo ou função, nas situações abaixo descritas, sob pena de lhe ser atribuída falta injustificada ao serviço:

I - no primeiro dia útil subseqüente à expressa ciência pelo interessado ou à publicação da decisão transitada em julgado que haja negado ou cancelado o registro de sua candidatura ou da data do protocolo do pedido de sua desistência à candidatura; ou

II- no primeiro dia útil imediatamente subseqüente à eleição, ou seja, no dia 04 de outubro de 2004, ou, no caso de candidato a Prefeito ou Vice-Prefeito que venha a concorrer ao 2º turno das eleições, no dia 1º de novembro de 2004.

(Ato n° 09/2004)

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 14 da XI Consolidação do Regimento Interno,

Considerando que o Ato de Mesa nº 33/2003, em seu artigo 1º, estabeleceu onze partidos políticos com direito a funcionamento parlamentar na 15ª legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;

Considerando que através do Ato de Mesa 82/2003 a abrangência do disciplinado no mencionado artigo 1º restou modificada de sorte a acrescentar ao rol inicialmente estabelecido mais dois partidos políticos; e

Considerando, em função da referida modificação, a necessidade de reorganização da estrutura administrativa dos Gabinetes de Liderança dos partidos políticos com direito a funcionamento parlamentar, RESOLVE:

Artigo 1º - A estrutura administrativa dos Gabinetes de Liderança dos partidos políticos com direito a funcionamento parlamentar na 15ª legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, previstos no artigo 1º do Ato de Mesa nº 33, cuja abrangência restou modificada através do Ato de Mesa nº 82, ambos de 2003, passa a ter sua disciplina nos termos do Anexo Único ao presente Ato.

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições do artigo 2º do Ato de Mesa nº 33/03.

ANEXO ÚNICO

A estrutura administrativa dos Gabinetes de Liderança será o resultado da multiplicação do Fator pelo número de deputados de cada bancada, aplicando-se ao Gabinete da Liderança do Governo a multiplicação do Fator por 5 (cinco), segundo quadro abaixo, com exceção feita aos Agentes de Segurança Parlamentar, que serão, indistintamente, 2 (dois) por Gabinete de Liderança, requisitados da Divisão de Transportes da ALESP, ao Assistente Legislativo Administrativo, que será 1 (um) por Gabinete de Liderança e ao Assessor - Chefe de Gabinete de Liderança, que será 1 (um) por Gabinete de Liderança.

Gabinete de Liderança - Estrutura administrativa	Fator
Agente de Segurança Parlamentar	(1)
Assessor Especial I	0,15152
Assistente Legislativo Administrativo	(2)
Assessor Especial Parlamentar	0,64646
Assessor Técnico de Gabinete	0,38384
Assessor - Chefe de Gabinete de Liderança	(3)
Servidores de outros órgãos, afastados sem prejuízo de vencimentos	0,50000
Vaga Comum	0,50000

Notas explicativas:

(1) 02 por Gabinete de Liderança, requisitados da Divisão de Transportes da ALESP
(2) 01 por Gabinete de Liderança
(3) 01 por Gabinete de Liderança

(Ato n° 10/2004)

MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECIDE APROVAR a proposta apresentada pelo Secretário Geral de Administração, contendo os novos valores da gratificação de representação dos policiais militares e civis componentes das Assistências Policiais Militar e Civil, bem como dos militares integrantes da unidade da PM responsável pela guarda e ações de bombeiros do Palácio 9 de Julho.

(Ato n° 11/2004)

DECISÕES DA MESA

DE 21/05/2004

DESIGNANDO a Sra. RITA DE CASSIA MONTEIRO DA SILVA ANDREOLI, RG.7257309, ocupante, em caráter efetivo, do cargo de Agente Legislativo de Serviços Técnicos e Administrativo, do QSAL, para, no período de 13/05/2004 a 11/06/2004, substituir, no cargo de Assessor Chefe de Gabinete da Liderança, em comissão, o Sr. Vivaldo Gerônimo dos Santos Filho, durante o seu impedimento, por motivo de férias regulamentares.

(Decisão nº 813/2004)

(Republicada por ter saído com incorreções);

DE: 24/05/2004

EXONERANDO, nos termos da 1º parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

JOÃO BENVENUTO, RG nº 5554341, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Assessor Especial I , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 815/2004);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

JOSÉ EDUARDO RODRIGUES, RG nº 7380859, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Especial I , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de JOÃO BENVENUTO.

(Decisão nº 816/2004);

DECLARANDO que a Decisão nº 778/04 de Exoneração de VALDEREZ BADDINI PINHATA, RG. 7.855.292-1, publicada em 18/05/2004, deve ser considerada a partir de 21/05/2004 e não como constou.

(Decisão nº 817/2004);

INDEFERINDO, no Protocolado n° 1035/04, a solicitação formulada por LUIZ CARLOS RAMOS, RG n° 4417799, por falta de amparo legal.

(Decisão nº 818/2004);

DECIDINDO cessar, no Protocolado n° 2492/04, a partir de 30 de abril de 2004, a designação de FRANCISCO NOGUEIRA DE GODOY , RG n° 14090375, ocupante em caráter efetivo do cargo de Agente Legislativo de Serviços Técnicos e Administrativos, do SQC-II da Secretaria da Assembléia Legislativa, junto ao Núcleo de Fiscalização e Controle.

(Decisão nº 819/2004);

DECIDINDO, no processo RG nº 7369/03, que trata da Decisão 4300/03 - Instituição do Comitê Executivo para deliberação das propostas de aperfeiçoamento da Resolução nº 776/96, prorrogar o prazo para conclusão dos trabalhos, até 31 de dezembro de 2004.

(Decisão nº 820/2004);

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECIDINDO: no processo RGE nº 864/04, que trata da homologação do Convite nº 02/04, tipo "Menor Preço", que tem por objeto contratação de empresa especializada no ramo de construção civil, sob o regime de empreitada por preço global, para execução de serviços de reforma e ampliação de vagas do estacionamento de funcionários da ALESP, conforme especificações constantes do Projeto Básico (Anexo III), da Proposta Comercial (Anexo IV) e Minuta de Contrato (Anexo V); à vista da informação do Serviço de Protocolo Geral:

I - HOMOLOGAR o procedimento licitatório em epígrafe, nos termos do julgamento procedido pela Comissão Permanente de Licitação em sua Terceira Reunião Extraordinária (fl. 423), publicado no Diário Oficial do Estado de 12 de maio do corrente (fl. 425);

II - ADJUDICAR o objeto do certame para a empresa SEC - Sociedade de Engenharia e Construções Ltda.;

III - AUTORIZAR a realização das despesas decorrentes no valor de R$ 97.992,66 (noventa e sete mil e novecentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos), de conformidade com a informação do órgão contábil à fl. 434 dos autos;